

Recomendações médico-higiênicas para o funcionamento do internato (1840-1927)JOAQUIM TAVARES DA CONCEIÇÃO¹

Diante das deficiências higiênicas apresentadas pelos internatos, os médicos apresentavam medidas capazes de solucionar ou amenizar essas falhas. Em 1875, o Dr. João da Matta Machado, considerando o internato um modelo na sua essência “funesto”, concluía que seria humanamente impossível corrigir todos os seus defeitos, pois como evitar

[...] de um modo absoluto que os alunos em convivência íntima não transmitam mutuamente os seus vícios particulares? Como evitar completamente o contágio tão pernicioso dos maus hábitos? Como atender às variadas condições higiênicas, necessárias ao desenvolvimento físico de cada pensionista, conforme à sua idade, constituição, temperamento, idiossincrasias, etc.? (MACHADO, 1875, p. 27)

Entretanto, afirmava o mencionado médico, se o governo fiscalizasse os internatos e os proprietários, ainda que em detrimento dos seus lucros, adotassem os preceitos da higiene e de uma severa moral, era possível atenuar os inconvenientes provocados por esses estabelecimentos. Para isso os proprietários deveriam adotar em seus estabelecimentos recomendações da ciência médico-higiênica. Essas recomendações deveriam alcançar variados aspectos dos colégios internatos, entre eles, as condições de ingresso, a adequada localização e organização predial, o regime interno do estabelecimento, ou seja, os serviços oferecidos, o asseio dos internos, a organização do tempo, etc.

Sobre o ingresso no internato, discutia-se a idade adequada, alertando o Dr. João da Matta Machado para que a família adiasse “[...] o triste sacrifício para uma idade em que o corpo e a alma possam oferecer maior resistência a tantos elementos de dissolução física e moral” (MACHADO, 1875, p. 28) presentes nos internatos. Assim, antes dos 10 anos de idade, nenhum menino deveria ser admitido como pensionista (internos) nos colégios. Provavelmente conhecedores dessas orientações, alguns internatos da Corte e nas províncias advertiam em seus regulamentos, prospectos e anúncios de jornais que não admitiam como internos meninos com idade inferior a essa recomendação médica. Assim, o Dr. Abílio César Borges² (1824-1891), proprietário do renomado Colégio Abílio, fazia questão de advertir aos

¹ Doutor em História Social (UFBA), professor efetivo da Universidade Federal de Sergipe.

² Filho de Miguel Borges de Carvalho e de Mafalda Maria da Paixão. Nasceu no povoado de Macaúbas, então pertencente à pequena Vila de Rio de Contas (Bahia). Formado em medicina na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1847). Foi diretor geral do ensino na Bahia (1856), membro do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, fundou em Salvador o Ginásio Baiano em 1858, o Colégio Abílio da Corte, em 1871, no Rio de Janeiro, e

interessados, nos anúncios que mandava publicar, que o seu estabelecimento não recebia “[...] senão alunos internos, sendo as idades para admissão limitadas a 12 anos para a Corte, e a 13 para as Províncias” (LAEMMERT, 1872, p. 452).

Além da idade higienicamente apropriada, fazia-se necessária no momento do ingresso de pensionistas nos colégios uma “inspeção médica” para verificar se o candidato não era portador de moléstia contagiosa, se estava devidamente vacinado (SILVA, 1869, p. 7) e como era o seu estado moral. Daí a necessidade de os internatos terem a assistência de um médico que, além desse exame de admissão de novos pensionistas, pudesse ser chamado em casos de urgência, e rotineiramente inspecionasse o estado moral e sanitário dos alunos e tudo que no estabelecimento³ pudesse ser suscetível de desenvolver uma epidemia de natureza contagiosa ou decorrente de emanções fétidas oriundas de animais ou plantas em decomposição (miasmas).

Da mesma forma, os edifícios destinados a receber pensionistas deveriam satisfazer a certas condições higiênicas. Começando pelo local⁴ apropriado que deveria ser distante de focos de infecções ou umidade, de preferência que fossem situados nos arrabaldes longe dos grandes centros de população, com a existência de arvoredo e de um rio próximo para o banho e natação dos internos (ANDRADA JR, 1855).

Observados esses aspectos para localização do colégio, a preocupação deveria voltar-se para as condições do prédio. Um edifício-internato modelo seria o que contivesse na sua divisão cozinha com todos os apetrechos, refeitório espaçoso, quartos de banhos, latrinas asseadas, dormitórios, vestiário, quarto para encarregados da vigilância, sala de estudo, sala de classes, desenho, escultura, música, gabinete de física, história natural e química, recreios, enfermaria, capela e ginásio aberto (GUIMARÃES, 1858, p. 66). Estes espaços deveriam ser higienicamente arejados e espaçosos, e todos eles, principalmente os dormitórios, com uma

em 1881 a filial deste na cidade de Barbacena em Minas Gerais. Teve como alunos no Ginásio Baiano, dentre outros, os intelectuais Rui Barbosa, Aristides Spínola, Castro Alves, Plínio de Lima e Cezar Zama. Foi agraciado com o título de Barão de Macaúbas, além de outras honrarias. ABÍLIO CÉSAR BORGES. In: BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário bibliográfico Brasileiro*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883, p. 3.

³ Permaneceu nas primeiras décadas do século XX a recomendação médica para que os internatos passassem por uma inspeção médica que verificasse as condições higiênicas dos dormitórios, refeitórios, salas de aulas, dependências anexas, banheiros e locais próprios à higiene privada dos alunos. COSTA, Claudon Ribeiro da. *Higiene nas escolas*. Bahia: Imprensa Social, 1921, 65.

⁴ Recomendações semelhantes com relação ao local apropriado para as escolas também foram feitas em teses produzidas no início do século XX, a exemplo de: SANTOS, Orlando Thiago dos. *Considerações em torno da família e suas relações com a escola*. Bahia. Typographia do Povo, 1924.

renovação de ar, ventilação, insolação e iluminação adequadas. As paredes deviam ser caiadas e os pavimentos encerados. Os cômodos onde os colegiais permaneciam por mais tempo deveriam ser proporcionais ao número de ocupantes, obedecendo à proporção de 12m² por pessoa. A enfermaria deveria estar afastada da contiguidade das salas, o refeitório instalado no pavimento térreo, as latrinas deveriam seguir o “sistema inglês” e colocadas em local separado do edifício.

Quanto aos dormitórios predominava a indicação dos coletivos ou grandes salões, embora alguns médicos recomendassem a divisão em pequenos quartos ou células. Para a ocupação higiênica do dormitório coletivo recomendava-se o espaçamento de 25m³ de ar por aluno, com divisões para diferentes idades, devendo permanecer iluminado durante toda a noite. Outrossim, os dormitórios deveriam ser guarnecidos de leitos de ferro⁵, colocados em certa distância uns dos outros, sem cortinados, por causa do inconveniente de formar uma atmosfera artificial de ar estagnado, e, de colchões frescos e não muito macios: “Os colchões sendo muito macios tinha uma ação muito nociva sobre o sistema nervoso. Um lit mollet ou l’on s’ensevelit dans la plume ou dans l’edredon fond et dissout le corps pour ainsi dire. – J. J. Rousseau)” (COLLET, 1883, p. 33).

Igualmente, para boa higiene dos colégios, deveriam ser considerados os temperamentos, a constituição (formação particular de cada indivíduo) e as idiosincrasias⁶ dos pensionistas. O Dr. João da Matta Machado, influenciado pelo pensamento do higienista Royer Collard, considerou na sua tese os temperamentos sanguíneo, linfático e nervoso. Segundo ele, esses temperamentos indicavam uma predisposição individual maior ou menor para contrair doenças. Nos indivíduos de temperamento sanguíneo, considerado o mais higiênico por causa da regularidade de todas as funções vitais, “[...] o coração bate com energia, o pulso é largo e cheio, o sistema capilar é muito desenvolvido. A circulação destes vasos, fácil e enérgica, dá à pele e às mucosas uma cor animada [...]”. Os indivíduos de temperamento linfático, o menos higiênico, apresentam a “[...] atrofia do sistema capilar, pouca atividade de sua circulação e pobreza relativa de glóbulos vermelhos [...]”. Os caracteres físicos dos indivíduos linfáticos são os cabelos louros, olhos azuis, pele fina,

⁵ Muitos internatos da cidade do Rio de Janeiro anunciavam que seus dormitórios estavam guarnecidos com camas de ferro. HARING, Carlos Guilherme. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte do Rio de Janeiro para o ano de 1862*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 19º ano, 1862, p. 440.

⁶ “Disposição do temperamento do indivíduo, que o faz reagir de maneira muito pessoal à ação dos agentes externos [...]”. IDIOSSINCRASIA. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975, p. 739.

mucosas descoradas, sistema muscular pouco desenvolvido, pés e mãos grandes, etc. E os indivíduos de temperamento nervoso, caracterizado pela predominância das funções de inervação, tinham como características a “[...] compleição magra e seca, fibras delgadas, músculos pouco desenvolvidos, rosto pálido, móvel e expressivo, fronte elevada, movimentos bruscos, imaginação ardente, paixões virulentas porém efêmeras” (MACHADO, 1879, p. 32).

A aplicação desse conhecimento sobre os temperamentos na higiene dos colégios resultava na recomendação de que os meninos de temperamento linfático nunca deveriam ser admitidos nos internatos. Os cuidados higiênicos a que se devem sujeitar os indivíduos portadores desse temperamento seriam irrealizáveis nos colégios, onde todos os indivíduos estavam sujeitos às mesmas condições e tratamentos. Todavia, sendo impossível impedir a admissão dos pensionistas linfáticos, competia aos diretores atenuar os inconvenientes utilizando preceitos higiênicos indicados. Os indivíduos de temperamento nervoso igualmente exigiam séria atenção dos diretores de colégio, porque estavam mais propensos, por causa da imperiosa excitação genésica, a se entregarem a “práticas imorais e perigosas”. Assim, aos pensionistas de temperamento nervoso deveriam ser dedicadas uma vigilância severa e a utilização de modificadores de ambientes.

Para os cuidados específicos com a higiene dos pensionistas dos colégios, os médicos estabeleceram algumas prescrições que podem ser divididas em cuidados e asseio do corpo, higiene da alimentação e higiene intelectual, física e moral. O asseio do corpo consistia na recomendação de banhos (SILVA, 1869) e outras práticas de asseio. Os cuidados com a higiene pessoal indicados pelos médicos também faziam parte das recomendações ou conselhos contidos nos escritos sobre educação e nos códigos ou regras de civilidade da época. No seu *Código de bom tom*, J. I. Roquette aconselhava às meninas o asseio constante e fazia recomendações sobre o uso do banho:

Não tenhas horror à água fria, a não ser que por motivo de moléstia os médicos te proibam usar dela; nunca tive em conta de limpas e asseadas as pessoas que esfregavam a cara com uma toalha molhada, em vez de a banharem e lavarem com as palmas cheias de água; e sempre me pareceram invencioneiras as que, sem necessidade, esperavam que a água se aquecesse para lavarem o rosto; as abluções d’água fria ao levantar da cama são muito saudáveis, com a adição de conservarem o rosto fresco e rubicundo: razão de certo mui atendível para as de teu sexo. Os banhos de todo o corpo fazem uma parte do asseio, porém, a não te serem ordenados por facultativos, basta que tomes um cada mês, e que não sejam longos. Fica mal a uma menina o gosto de se estabelecer no fundo d’uma banheira horas esquecidas; esta moleza e ociosidade nem quadra aos seus verdes anos, nem é propícia à sua saúde (ROQUETTE, 1875, p. 288).

Os banhos, quanto ao local, eram denominados de domiciliares, de rio e de mar. Quanto à forma podiam ser banhos gerais e abluções ou banhos parciais (rosto, pescoço e braços). Quanto à temperatura da água, tais banhos podiam ser frios, tépidos ou quentes. Destes o primeiro era o mais recomendado para os internos de colégio:

Nos internatos do Brasil, onde o inverno não é rigoroso, os banhos frios de tanque ou de rio deverão ser preferidos, qualquer que seja a estação, atendendo-se porém aos preceitos higiênicos seguintes:

1º Só serão aplicados os banhos frios depois de terminado o trabalho da digestão.

2º Os banhos serão rápidos e seguidos imediatamente de exercício moderado.

3º Salvo indicação terapêutica, só deverão ser usados no estado de saúde perfeita.

Atendidas as condições supra, o banho frio sempre produzirá os mais benéficos resultados. (MACHADO, 1875, p. 42)

Como salienta Alain Corbin: “[...] Normas extremamente estritas regulam a prática do banho conforme o sexo, a idade, o temperamento e a profissão. A preocupação de evitar a languidez, a complacência, o olhar para si, na verdade a masturbação, limita a extensão de tais práticas” (CORBIN, 2009, p. 413). Nesse sentido, os médicos prescreviam, no caso dos banhos gerais ou completos, para que estes não fossem empregados durante a fadiga do corpo e logo após as refeições, e que fosse observada uma duração máxima de 15 minutos a meia hora. Quanto à periodicidade, os banhos gerais domiciliares deveriam ser empregados duas vezes por semana na estação quente e uma no inverno. As abluções ou banhos parciais recomendava-se serem tomados todos os dias pela manhã e à noite (ANDRADA JR, 1855, p. 20).

O uso do banho de mar era conveniente seja por suas qualidades terapêuticas, seja como meio de recreação; e quando acompanhado da natação, tornava-se também um bom exercício físico. As qualidades terapêuticas do banho de mar resultavam, segundo o Dr. José Marques de Sá, dos seguintes fatores: “[...] 1º da temperatura baixa de suas águas; 2º da densidade destas; 3º da sua composição química; 4º de choque produzido pelo flutuar das ondas; 5º da pureza da atmosfera marítima constantemente renovada; e 6º de suas emanções salinas. [...]” (SÁ, 1850, p. 63). Diante dessas características, o banho de mar era recomendado como um bom laxativo, curativo no caso de hemorroidas, moléstias da pele e dos órgãos genitais, do reumatismo, pneumonia, tosse, para fortificar e regularizar a ação muscular, restaurar as forças dos convalescentes, entre outros benefícios. Mas, salientava o Dr. Joaquim Pedro de Mello, os moradores do centro da cidade do Rio de Janeiro estavam privados dos “[...] saltares efeitos dos banhos, [...] porque as praias, que lhe estão próximas,

são imundas, se servem de depósito, onde o povo vai lançar o que quer” (MELLO, 1846, p. 35).

Realmente, alguns internatos da Corte Imperial e nas províncias anunciavam as facilidades para o banho de mar dos pensionistas, por estarem localizados em praias limpas da cidade, uma vez que muitas praias estavam contaminadas com os “despejos de imundices”⁷. Em 1884, no Rio de Janeiro, o Colégio Suíço-Brasileiro fazia anunciar que se alguma discípula precisasse de banhos de mar tinha a melhor ocasião de tomá-los porque o estabelecimento estava próximo do mar (SAUER, 1884, p. 1260). Do mesmo modo, o Colégio de S. Luiz, situado na Ponta do Caju, “[...] sob tão agradável clima, preferido e aconselhado por distintos facultativos às pessoas convalescentes [...]” (CARDOSO, 1876, p. 626), avisava estar equipado com banheiros de chuva e de mar nos fundos da própria chácara. Já na cidade de Salvador, o Ateneu Baiano anunciava que o estabelecimento, situado na Calçada do Bomfim, ao pé do caminho de ferro, “[...] num dos mais aprazíveis bairros desta capital e nas melhores condições topográficas para o fim a que é destinado; dispõe de excelentes banhos de mar, de espaçosos recreios e de muitos outros elementos que requerem uma boa higiene”⁸.

O costume dos banhos de mar⁹ no Brasil iniciou-se ainda na primeira metade do século XIX e generalizou-se na segunda metade deste mesmo século e, segundo Gilberto Freyre, os “[...] primeiros banhos públicos de mar da gente senhoril no Brasil não foram abertamente nas praias mas em ‘casas de banho’ ou em barcas de banho [...]” (FREYRE, 2003, p. 546). Eram comuns os anúncios nos jornais e almanaques, na Corte do Rio de Janeiro

⁷ Segundo o Dr. Francisco de Paula Candido, presidente da Junta Central de Higiene Pública do Município da Corte, as praias da cidade do Rio de Janeiro, como as da Glória, de D. Manuel, dos Mineiros, Gamboa, eram contaminadas devido ao sistema dos “despejos de imundícias”, ou seja, de se conservarem no interior das casas e de se transportarem em barris os dejetos fecais para serem despejados nas praias. CANDIDO, Francisco de Paula. Exposição do estado sanitário da Capital do Império, apresentado ao Ministério do Império pelo presidente da Junta Central de Higiene Pública em 1 de maio de 1853. (Anexo). In: MARTINS, Francisco Gonçalves. *Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1853.

⁸ ATENEU Baiano. *Jornal do Aracaju*, Aracaju, p. 4, 01 ago. 1877.

⁹ O norte-americano James Cooley Fletcher, visitando o Brasil entre os anos de 1851 e 1865, observou e registrou o costume de tomar banho de mar dos habitantes do Rio de Janeiro: “Durante cinco meses no ano, a Praia do Flamengo é o ponto escolhido por ambos os sexos para banhos de mar. Na estação dos banhos (de novembro a março), assiste-se todas as manhãs a cenas cheias de vida. Antes que o sol desponte acima dos morros, uma fila de homens, mulheres e crianças desce as ruas para tomar banho nas claras águas salgadas da baía. [...] Os habitantes do Rio têm paixão pelos banhos de mar, e são por isso chamados ‘cariocas’, que alguns traduzem por ‘patos’”. FLETCHER, James Cooley & KIDDER, Daniel Parish. *O Brasil e os brasileiros: esboço histórico e descritivo*. v.1. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1941, p. 100 e 102.

e em capitais de províncias¹⁰, de diversos tipos de banhos de saúde, banhos quentes, banhos frios de cachoeira e as barcas para banhos de mar.

As vestimentas adequadas para colegiais foi outro ponto das prescrições dos médicos com relação aos cuidados com o corpo. Os facultativos recomendavam a utilização de tecidos adequados a cada estação, como o uso do linho e do algodão nas estações de calor e a lã batida e o merino no frio intenso. As vestimentas também deveriam ser largas para que pudessem facilitar, livremente, o movimento dos órgãos e o seu desenvolvimento (CRUZ, 1857). As roupas de uso diário deveriam ser colocadas em lugar distante do dormitório e não nos lados do leito, como usualmente era feito.

Igualmente, os cuidados com o regime alimentar foram destacados pelos médicos para a boa higiene dos internatos. Nesse tópico, costumavam indicar os tipos de alimentos, horários das refeições e o intervalo entre estas, dentre outras recomendações. Os alimentos deveriam ser administrados levando em consideração a idade, constituição e temperamento, todavia, reconheciam a impossibilidade da efetivação dessa seleção em um internato. Em compensação, apresentavam prescrições gerais que pudessem alcançar com êxito todos os pensionistas. Assim, em relação às quantidades, recomendavam um equilíbrio; nem muito abundantes e nem insuficientes. Três refeições diárias eram, em regra, consideradas suficientes, devendo ser tomadas em horas fixas e determinadas, divididas em almoço às 8 horas da manhã, constando de café, leite e pão; o jantar à 1 da tarde, devendo ser servidos alimentos como sopa, legumes, carne, arroz e frutas; e 5 ou 6 horas depois a ceia, servindo-se uma sopa de arroz, marmelos, chá e pão, ou somente estes dois últimos. Depois de cada refeição os alunos deveriam ter de 1 a 1 ½ hora de recreio, para auxiliar os movimentos peristálticos do estômago. Durante a digestão não convinham as sérias preocupações de espírito, os movimentos exagerados, o sono e o emprego de banhos.

Sobre o uso do vinho entre os colegiais, o médico José Bonifácio de Andrada Júnior recomendava que se fornecesse aos alunos, uma vez por semana, em pequena quantidade, vinho da Madeira ou de Bordeaux, puro ou misturado com água, segundo as idades. Para ele, essa era uma medida necessária na estação fria e para os “[...] meninos e meninas de fraca compleição, de fibra branca e mole, astênicos, de um temperamento excessivamente linfático,

¹⁰ “Recreio saudável de banhos. Na rua de Japarutuba, ao pé do quartel da linha, acha-se este estabelecimento preparado para servidão pública, de 5 horas da manhã até as 10 horas da noite. Preço fixo 160 rs cada pessoa”. RECREIO saudável de banhos. *Jornal do Aracaju*, p. 4, 12 ago. 1876.

com predisposição para as escrófulas” (ANDRADA JR. 1855, p. 24). Já o Dr. Candido Teixeira de Azeredo Coutinho advertia que o vinho só fosse usado pelos colegiais sob recomendação médica. Por sua vez, o Dr. João da Matta Machado, salientando que nos países da Europa costumava-se, nos internatos, fornecer aos alunos uma “[...] ração de vinho ou cerveja proporcional à idade de cada um [...]” (MACHADO, 1875, p. 43); entretanto considerava desnecessário o seu uso nas condições climáticas do Brasil e aplaudia que, no regime alimentar dos internatos brasileiros, o costume de servir alcoólico aos pensionistas não fosse adotado.

Para o repouso dos pensionistas recomendavam oito horas de sono¹¹. A divisão do tempo poderia ser a seguinte: levantar 5 ou 6 horas da manhã, conforme as estações, uma ligeira refeição, 2 a 3 horas de estudo, almoço, 1 a 1 ½ hora de recreio, repouso, jantar, recreação, trabalhos até as 5 horas, de 5 a 6 horas recreação, de 6 a 8 horas estudo, ceia ligeira, recreio e deitar. Quanto aos leitos recomendavam que fossem quentes e não muito moles. Esta última recomendação é recorrente na literatura pedagógica do Iluminismo. Na sua obra “*Pensamientos sobre la educación*” (1693), John Locke recomendava que o leito devia ser duro, pois o “[...] lecho duro fortalece los miembros; pero una cama blanda, donde se sepulten todas las noches em la pluma, líquida y disuelve, por decirlo así, todo el cuerpo, causa debilidad y presagia una muerte temprana” (LOCKE, 1986, p. 59). Nesse mesmo sentido escreve Rousseau:

É importante nos acostumarmos de início a deitar com pouca comodidade; esse é o meio certo de não encontrarmos camas ruins. Em geral, a vida dura, uma vez que se transforma em hábito, multiplica as sensações agradáveis; a vida fácil proporciona uma infinidade de sensações desagradáveis. As pessoas criadas muito delicadamente só conseguem pegar no sono sobre plumas; as pessoas habituadas a dormir sobre tábuas conseguem dormir em qualquer lugar; não há cama dura para quem adormece ao deitar. (ROUSSEAU, 2004, p. 155)

As educações física¹², moral e intelectual, bem dirigidas, eram, no parecer dos médicos, os únicos meios que podiam dotar o país de cidadãos vigorosos e robustos, honestos e inteligentes. Relativamente ao desenvolvimento das forças físicas, este consistia na observância dos preceitos higiênicos que podiam impedir a ação das causas que deterioravam o organismo e que impediam o seu completo desenvolvimento (CRUZ, 1857). A educação física deveria ser alcançada através da prática da ginástica propriamente dita, que consistia

¹¹ Recomendações encontradas no pensamento pedagógico de John Locke. LOCKE, John. *Pensamientos sobre la educación*. Madrid: Akal, 1986, p.56.

¹² Importância há muito salientada por pensadores Iluministas a exemplo de Locke (1986) e Rousseau (2004).

“[...] em uma série de movimentos simples e combinados, dispostos em certa ordem, e próprios para fazerem desenvolver gradualmente as diferentes peças de que se compõe o nosso organismo [...] (ANDRADA, 1855, p. 28). A prática da ginástica e das “artes de recreio” (dança, música) nos colégios garantiria aos estudantes o aumento da força, flexibilidade, agilidade e imprimiria ao sono e ao ouvido mais extensão, retidão e mais finura no trato¹³.

Além dos exercícios ginásticos propriamente ditos, também eram citados, entre outros, os passeios, salto, carreira, dança¹⁴, esgrima¹⁵, equitação e natação¹⁶ de acordo com os sexos. Os médicos igualmente lembravam que essas atividades traziam como benefícios para os pensionistas “anestesiarem o sentido sexual” (BRANDÃO, 1910, p. 30), além de imprimir um estímulo salutar a todas as funções do organismo.

A prática dos exercícios ginásticos era também recomendada às meninas. O Dr. João da Matta Machado, depois de criticar o sedentarismo da mulher da alta sociedade, dizia que se o sexo feminino não necessitava tanto desenvolver as forças musculares,

[...] a sua saúde merece-nos igual atenção, as suas formas interessam-nos muito imediatamente como médicos, pois que a elas é reservada a gestação e o parto, funções que exigem regularidade e desenvolvimento do sistema ósseo; não é desculpável, portanto, que se prive a mulher dos exercícios ginásticos, capazes de produzir tão importantes resultados [...]. (MACHADO, 1875, p. 49)

Durante e depois da menstruação os exercícios físicos somente deveriam ser adotados pelas meninas como recurso terapêutico e, neste caso, somente poderiam ser realizados o

¹³ Na pedagogia rousseauana: “Exercitar os sentidos não é apenas fazer uso deles, mas aprender a bem julgar através deles e aprender, por assim dizer, a sentir; pois nós não sabemos nem tocar, nem ver, nem ouvir a não ser da maneira como aprendemos. Existe um exercício puramente natural e mecânico que serve para tornar robusto o corpo sem dar nenhuma matéria ao julgamento: nadar, correr, saltar, chicotear o pião, jogar pedras. Tudo isso é muito bom, mas teremos só braços e pernas? Não temos olhos e ouvidos também? E serão esses órgãos supérfluos para o uso dos primeiros? Portanto, não exerciteis apenas as forças, exercitai todos os sentidos que as dirigem; tirai de cada um deles todo o partido possível, e depois verificai a impressão de um pelo outro”. ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio, ou da educação*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p.150.

¹⁴ Sobre a importância social da arte de dançar, informa Wanderley Pinho, que dançava-se muito e os bailes multiplicavam-se na Corte Imperial do Rio de Janeiro. Segundo o autor era nos bailes onde a polidez, a arte das boas maneiras, melhor se desenvolvia. “Num salão esmeram-se várias artes: a de receber ou preparar um ambiente de cordialidade e espírito; a de entreter a palestra e cultivar humor; dançar uma valsa ou contar uma ária, declamar ou inspirar versos, criticar com graça e sem maledicência, realçar a beleza feminina nas últimas invenções da moda”. PINHO, Wanderley. *Salões e damas no Segundo Reinado*. São Paulo: Martins, 1970.

¹⁵ A esgrima era indicada por alguns médicos e mesmo anunciada como uma atividade dos colégios. Mas, também existia quem criticasse sua prática, pois dava um espírito disputador e desordeiro. SOUZA, Joaquim Francisco de Paula e. *Esboço de uma Higiene de colégios aplicável aos nossos. Regras principais tendentes à conservação da saúde, e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais, segundo as quais se devem regular os nossos colégios*. Rio de Janeiro: Typographia Vianna & Filhos, 1857.

¹⁶ O uso da natação no pensamento pedagógico de John Locke: “No es necesario advertir aqui que conviene mucho enseñar a nadar a los niños cuando están en edad para ello, poniendo a su lado alguno que los enseñe.” LOCKE, John. *Pensamientos sobre la educación*. Madrid: Akal, 1986, p.41.

passaio a pé ou de carro, a dança, o canto e o piano. Apesar dessas recomendações, os médicos afirmavam que, na prática, o único exercício a que estavam sujeitas as moças nos colégios era a dança¹⁷, mesmo assim era ensinada mais como objeto de luxo e moda (SILVA, 1869) do que como exercício necessário para o desenvolvimento do corpo. A grande maioria dos colégios femininos do século XIX anunciava como atividades complementares, consideradas na época como educação física, apenas a dança, instrumentos musicais, canto, passeios coletivos e as prendas domésticas. Os exercícios ginásticos, natação e esgrima, eram anunciados somente em alguns colégios masculinos.

O desenvolvimento das forças intelectuais, conveniente a cada aluno, devia deduzir-se das condições de idade, sexo e da constituição individual. Recomendavam-se 2 horas de aplicação por dia para o menino de 6 a 7 anos. Chegando aos 15 anos, esse período poderia ser estendido de 7 ou 8 horas. O trabalho intelectual deveria ser aplicado de forma que fosse alternado com os exercícios do corpo e com o repouso. Devia-se ter especial cuidado com as leituras disponibilizadas aos alunos, sendo proibidas as de conteúdo erótico ou contrário à religião e à moral. O Dr. Joaquim Francisco de Paula Souza (1857) recomendava as obras de Robinson Crusóé¹⁸, pois, “[...] além de recreativas, fazem elevar o pensamento a Deus, apreciar a natureza, refletir e tirar recursos das próprias forças” .

A educação intelectual do “belo sexo”, termo utilizado para denominar as mulheres, não deveria ser exagerada e não lhes era saudável, devido a sua própria constituição orgânica, o mesmo grau de instrução ministrado aos homens. Este pensamento correspondia à moral religiosa que circulava na cultura do século XIX, tal como expresso nas palavras do Padre Miguel do Sacramento Lopes Gama:

A natureza não destinou a mulher si não para as augustas funções de esposa e mãe, logo este fim se deve principalmente endereçar a sua educação. A menina tem de ser um dia dona de casa, e, portanto convém infundir-se desde logo aqueles dotes, aquelas prendas que têm de ser ao depois o título de sua maior vida. Não reprovoo

¹⁷ Rapazes e moças aprendiam no colégio a arte da dança para praticá-la nos bailes: “[...] durante os anos de 1840 a 1860, que se cria uma febre de bailes, concertos e reuniões e festas.” SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador*. D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p.111. / A respeito do “salonismo brasileiro” no século XIX, onde a dança era uma arte sempre presente, consultar PINHO, Wanderley. *Salões e damas no Segundo Reinado*. São Paulo: Martins, 1970.

¹⁸ Recomendação na obra *Emílio* (1761), de Rousseau: “Robinson Crusóé em sua ilha, sozinho, sem o amparo de seus semelhantes e dos instrumentos de todas as artes, provendo porém à sua subsistência, à sua conservação e conseguindo até uma espécie de bem-estar, eis um tema interessante para qualquer idade e que temos mil maneiras de tornar agradável para as crianças. Eis como realizamos a ilha deserta que inicialmente me servia de comparação. Esse estado não é, concordo, o do homem social; provavelmente não o é de Emílio, mas é através desse mesmo estado que ele deve apreciar todos os outros”. ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio*, ou da educação. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 244.

que a menina tendo posses, aprenda a música e a dança, toque o seu piano, etc., mas sejam coisas secundárias. [...] Aprenda a ler, escrever e contar, um pouco de geografia e de historia, estude a doutrina cristã [...] As novelas devem ser vedadas [...] deve a menina aplicar-se muito a cozer e a bordar; o acertado me parece, que sua mãe desde logo a vá doutrinando praticamente na economia, no arranjo e bom governo da casa [...].¹⁹

Muitos médicos produziam um discurso semelhante a esse, enfatizando os perigos que uma educação intelectual mais adiantada poderia trazer à saúde feminina. O Dr. José Tavares de Mello²⁰ defendia que o estudo moderado das artes de recreação ou “belas artes”, era o conteúdo que convinha às meninas e moças, mas somente como meio de “[...] adoçar as tristezas, suavizar o aborrecimento da solidão, lançar sobre o curso de sua vida doces e agradáveis distrações, de variar em fim os prazeres distraíndo-as em seus trabalhos.” (MELLO, 1841, p. 15). Para ele, o desenvolvimento das faculdades intelectuais nas mulheres, “além do limite que a natureza lhes há traçado”, sobretudo as ocupações científicas, apenas contribuía para deteriorar a saúde delas.

Tristes exemplos atestam todos os dias a inutilidade, e até o perigo de obrigar as meninas à cultura das ciências, e demonstram os inconvenientes de uma aplicação muito sustentada, e a perniciosa influência que ela exerce sobre a saúde. A excitação prolongada do cérebro não se limita só a fazer dele o centro exclusivo das ações e movimentos, enfraquecendo a energia dos outros órgãos; mas o força também a tornar-se a sede de uma susceptibilidade, que ocasiona cefalalgias, doenças nervosas, e outras muitas afecções, que envenenam os mais belos dias da existência das mulheres (MELLO, 1841, p. 15).

Embora no século XIX fosse dominante a ideia de que a função da mulher era a de casar, gerar filhos e educá-los, o Dr. João da Matta Machado, destoando do pensamento dominante sobre o assunto, argumentava:

É evidente que a mulher tem a liberdade de se casar ou não, que pode por uma deliberação espontânea do livre arbítrio votar-se ao celibato; ora, em tal caso, qual a missão que lhe será reservada? Querer, portanto, determinar arbitrariamente a missão da mulher, permitindo-lhe somente o papel de mãe de família, a atentar contra os direitos da personalidade humana, atributo que ninguém lhe tem seriamente negado. Se porém a sua missão fosse exclusivamente gerar e educar filhos, ainda seria de imediata utilidade que se lhe facultassem os mais amplos meios de instrução. Com efeito, quanto mais desenvolvida for a inteligência de uma mãe de família, tanto mais segura e frutuosamente dirigirá a educação de seus filhos; e até um tato de observação vulgar que se a mães sabem ler os filhos aprendem com grande facilidade. E se isto sucede em relação aos estudos

¹⁹ *Educação das Meninas (O Carapuço)*. *O Correio Sergipense*. São Cristóvão, p. 4, 5 mar. 1845.

²⁰ Dr. José Tavares de Mello, natural de Queluz (Minas Gerais). Tese defendida em 10 de dezembro de 1841, perante a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. MELLO, José Tavares de. *A higiene da mulher durante a puberdade, e aparecimento periódico do fluxo cateménial*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemert, 1841.

primários, porque não sucederá o mesmo quanto se tratar de ensino secundário ou superior? (MACHADO, 1875, p. 14)

O pensamento ilustrado, progressista para a época, adotado pelo Dr. Machado sobre a instrução da mulher, ressoava ainda muito fraco no direcionamento da educação feminina no Brasil do século XIX. De fato, relatos escritos por viajantes estrangeiros que estiveram no Brasil durante aquele século ressaltam a situação rudimentar da educação feminina na época. Nesse sentido, foram as impressões, quando de sua estada no Brasil (1864-1865), que o casal Luís Agassiz e Elizabeth Cary Agassiz deixou na obra *Viagem ao Brasil*. Segundo eles, a instrução dada às meninas, inclusive nos colégios, era restrita “[...] a um conhecimento sofrível de francês e música, deixa-as na ignorância de uma série de questões gerais; o mundo dos livros lhes está fechado, pois é diminuto o número das obras portuguesas que lhes permitem ler, e menor ainda o das obras escritas em outras línguas” (AGASSIZ, 2000, p. 437). O professor e comerciante francês Charles Expilly, retratando os costumes e a vida cotidiano no Brasil de meados do século XIX, também destacou em sua obra *Mulheres e costumes do Brasil* (1863) a rudimentar educação das mulheres.

Hoje ainda a educação de uma brasileira está completa, desde que saiba ler e escrever correntemente, manejar o chicote, fazer doces e cantar, acompanhando-se ao piano, num romance de Arnaud ou de Luiza Puget. Até agora as senhoras não tomaram da civilização senão a crinolina, o chá e a polca. A crinolina... coisa de que afinal elas não têm necessidade. O chá — a mais detestável de todas as bebidas, a meu ver. A polca — dança elegante e leve, que não se adapta nem ao seu temperamento, nem à sua compleição. É verdade que conservaram o cafuné e o chicote, prova de que elas são as principais escravas da casa (EXPILLY, 1935, 405).

Nos jornais da época eram comuns artigos destacando a falta ou deficiência na educação feminina e a necessidade de reformas. Segundo o *Jornal do Aracaju*, a educação das mulheres “[...] tem sido até hoje nas regiões superiores um complexo de almíscar, de crochê e de piano, meia dúzia de frases francesas e italianas para o canto (salvo honrosas exceções); e nas camadas inferiores serviço doméstico e nada mais”²¹. Ressalte-se, porém, que essa inexistência ou deficiência da instrução feminina fazia parte de um contexto cultural mais amplo. Assim, como destaca Jean-Claude Caron, em toda a Europa, a fórmula alemã dos três K – Kirche, Kinder, Kuche (*igreja, crianças, cozinha*) – “[...] constitui o pano de fundo do horizonte feminino. Todo o Antigo Regime e uma boa parte do século XIX viveram segundo

²¹ A MULHER perante o século em que vivemos. *Jornal do Aracaju*, p. 3, 29 jan. 1873.

o postulado definido desde o século XV por Gerson: ‘Todo ensino para as mulheres deve ser considerado suspeito’” (CARON, 1996, p. 181).

Relativamente à educação moral²², para os médicos, esta não podia ser descuidada nos internatos – apesar de que muitos negavam a capacidade dos colégios de fundir no coração das crianças e jovens esses preceitos – a fim de que fossem evitados os erros e vícios. Para eles, a base da moral fundia-se na prática de bons exemplos, procurando evitar que os meninos, diante de uma razão não desenvolvida, adotassem a prática de vícios perniciosos. A moralidade deveria ser atingida, inclusive, com o uso dos castigos. Salientavam, entretanto, a esse respeito, que no regime disciplinar dos internatos, os castigos físicos deveriam ser banidos, sendo preferível o sistema de punições morais, a exemplo da repreensão verbal, privações e perda de prêmios. Sobre esse tema, o Dr. Balbino Candido da Cunha anotava que a ordem era necessária quando se tratava de educar um grande número de meninos ou meninas reunidos no mesmo lugar, ainda mais quando estes colegiais eram preguiçosos, indisciplinados, “[...] naturalmente inimigos de todo o aperto, de qualquer constrangimento e comunicando-se reciprocamente pelo exemplo sua indolência, sua indocilidade e outros defeitos [...]” (CUNHA, 1854, p. 24). Assim, segundo ele, para evitar o relaxamento dos costumes, os internatos deveriam ter regulamentos justos, sábios, severos, garantidos por uma disciplina ativa, zelosa e inflexível.

Com essas recomendações médico-higiênicas os facultativos estendiam as teias do campo médico sobre a organização dos internatos e acreditavam que elas poderiam contribuir para o funcionamento adequado dos colégios, uma instituição urbana que se desenvolvia a passos largos durante todo o século XIX.

REFERÊNCIAS

AGASSIZ, Luis e AGASSIZ, Elisabeth Cary. *Viagem ao Brasil – 1865-1866*. Brasília: Senado Federal, 2000.

²² Sobre a relação entre medicina e moral no século XIX Roberto Machado interpreta: “Por um lado o homem é um todo físico-moral e não a junção de dois princípios da natureza independente. As disposições morais do homem são condicionados por circunstâncias físicas. As disposições físicas se alteram por circunstâncias morais desfavoráveis. O conhecimento médico naturaliza a moral. A dupla série de causas – físicas e morais – responsáveis pelo comportamento humano se interrelaciona, a medicina, corrigindo os excessos que os homens cometem, visa justamente a estabelecer um estado de equilíbrio entre os aspectos físicos e morais”. MACHADO, Roberto. *Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978, p. 281.

ANDRADA JR., José Bonifácio Caldeira de Andrada. *Esboço de uma higiene dos colégios aplicável aos nossos. Regras principais tendentes à conservação da saúde e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais, segundo as quais se devem regular os nossos colégios*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp., 1855.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Vol, 1. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883.

CAMPAGNE, Émile Mathieu. *Dicionário universal de educação e ensino...* Porto: Internacional, 1873, p.98, v. 1.

CAMPAGNE, Émile Mathieu. *Dicionário universal de educação e ensino...* . Porto: Ernesto Chardron, Braga: Eugenio Chardron, 1873, v. 2.

CANDIDO, Francisco de Paula. Exposição do estado sanitário da Capital do Império apresentado ao Ministério do Império pelo presidente da Junta Central de Higiene Pública, em 1º de maio de 1853. (Anexo). In: MARTINS, Francisco Gonçalves. *Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1853.

CARDOSO, José Antonio dos Santos. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro inclusive a cidade de Santos, da Província de S. Paulo para o ano de 1876*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 33º ano, 1876.

COLLET, Agnello Geraque. *Higiene escolar*. Bahia: Typographia de H. Olavo da França Guerra, 1883.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares. *Internar para educar*. Colégios-internatos no Brasil (1840-1950). Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Bahia. 2012.

CORBIN, Alan. Bastidores. O segredo do indivíduo. In: PERROT, Michelle. *História da Vida Privada*. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 413.

COSTA, Claudon Ribeiro da. *Higiene nas escolas*. Bahia: Imprensa Social, 1921.

CRUZ, José de Souza Pereira da Junior. *Esboço de uma higiene de colégios, aplicável aos nossos; regras principais tendentes à conservação da saúde, e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais, segundo as quais se devem reger os nossos colégios* (Proposições). Rio de Janeiro: Typographia Brasiliense Maximiano Gomes Ribeiro, 1857.

CUNHA, Balbino Candido da. *Esboço de uma higiene de colégios, aplicável aos nossos; regras principais tendentes à conservação da saúde, e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais, segundo as quais se devem reger os nossos colégios*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1854.

EXPILLY, Charles. *Mulheres e costumes do Brasil*. [1863] São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

FLETCHER, James Cooley & KIDDER, Daniel Parish. *O Brasil e os brasileiros: esboço histórico e descritivo*. v.1. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos: Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. São Paulo: Global, 2003.

GUIMARÃES, Antenor Augusto Ribeiro. *A higiene dos colégios. Esboço das regras principais tendentes à conservação da saúde, e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais segundo as quais se devem reger os nossos colégios*. Rio de Janeiro: Typographia Imparcial de J. M. Nunes Garcia, 1858.

HARING, Carlos Guilherme. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte do Rio de Janeiro para o ano de 1862*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 19º ano, 1862.

LAEMMERT, Eduardo. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte da Capital da Província do Rio de Janeiro com os Municípios de Campos e de Santos para o ano de 1872*. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 29º ano, 1872.

LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Cloude. *História dos jovens: A Época Contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LOCKE, John. *Pensamientos sobre la educación* [1693]. Madrid: Akal, 1986.

MACHADO, João da Matta. *Da educação física, intelectual e moral da mocidade no Rio de Janeiro da sua influência sobre a saúde*. Typographia de G. Leuzinger & Filhos, 1875.

MACHADO, Roberto. *Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MELLO, Joaquim Pedro de. *Generalidades a cerca da educação física dos meninos*. Rio de Janeiro: Typographia de Teixeira e Comp. 1846.

PARANHOS, José Maria da Silva. *Cartas ao amigo ausente*. Rio de Janeiro: ABL, 2008.

PERROT, Michelle (Org.). *História da vida privada*. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

PINHO, Wanderley. *Salões e damas no Segundo Reinado*. São Paulo: Martins, 1970.

ROCHA, Justiniano José da. Exposição sobre o estado das aulas públicas de instrução secundária, e dos colégios e escolas particulares da Capital do Império, 5 de abril de 1851. (Anexo). In: CARVALHO, José da Costa. (Visconde de Monte Alegre). *Relatório apresentado à Assembléia Geral pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1851.

ROQUETTE, J. I. *Código de bom tom ou regras da civilidade e de bem viver no século XIX*. Paris: V^a J. P. AILLAUD, GUILLARD E C livreiros de suas majestades o Imperador do Brasil e El-Rei de Portugal, 1875, p. 293.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio, ou da educação*. [1761] São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SÁ, José Marques de. *Higiene da pele no Rio de Janeiro: Vestuário e banhos. Estudo especial dos banhos em relação a esta cidade: quais os hábitos e costumes da população? Qual a sua influência sobre a saúde pública? Que direção se lhes deve dar?* Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1850.

SAUER, Arthur. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Império do Brasil para 1884*. Rio de Janeiro: Typographia H. Laemmert & C., 41^o ano, 1884.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador*. D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, Fructuoso Pinto da. *Higiene dos colégios*. Bahia. Typographia de F. Felix, 1869.

SOUZA, Joaquim Francisco de Paula e. *Esboço de uma higiene de colégios aplicável aos nossos. Regras principais tendentes à conservação da saúde, e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais, segundo as quais se devem regular os nossos colégios*. Rio de Janeiro: Typographia Vianna & Filhos, 1857.